

SECRETARIADO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 1/85

O Conselho de Ministros, reunido em Sessão Extraordinária no dia 21 de Março de 1985, debruçou sobre o funcionamento do nosso sistema económico.

Neste âmbito o Conselho aprovou um conjunto de medidas de política económica ligadas ao problema de abastecimento da população e de implementação a curto prazo

SECTOR DO COMÉRCIO

1.1. IMPORTAÇÃO

1. Que sejam dados sem efeito todos os despachos anteriores referentes à importação;

2. Que seja publicada uma nova Lei com as seguintes bases:

a) Que a partir da data de publicação da Lei seja da competência da Empresa do Comércio Externo a importação das seguintes mercadorias: carne de vaca, arroz, açúcar, farinha de trigo, feijão, milho, leite, sal, farinha de milho, sabão, óleos vegetais alimentares, medicamento, petróleo, adubos e insecticidas e rações para animais.

b) As mercadorias não mencionadas no número 1 poderão ser importadas livremente pelo Comércio Privado, depois de devidamente autorizados, defendendo, contudo, a entidade licenciadora ter em conta as mercadorias que o Governo poderá receber ao abrigo dos acordos concluídos.

O mesmo será aplicado no que refere a importação de produtos farmacêuticos e medicamentos.

3. As autorizações do B.R.P.I. estarão condicionadas às disponibilidades do País, em divisas e à seguinte ordem de prioridade:

- a) Bens de consumo;
- b) Acessórios, matérias-primas para a indústria, máquinas e equipamentos;
- c) Artigos de higiene e conforto;
- d) Outros.

4. As autorizações serão concedidas por períodos de três meses, através da atribuição de «plafonds» anuais, não sendo considerados B.R.P.I. cujo valor seja inferior a Dbs 100 000,00, salvo em casos especiais.

5. Após a concessão do B.R.P.I., o importador deverá imediatamente proceder a importação, a qual deverá

ser efectuada através de operação bancária, tendo para o efeito um prazo máximo de 15 dias.

6. O não cumprimento do disposto no número anterior, implica que findo o referido prazo de 15 dias o B.R.P.I. em posse do importador é anulado, salvo motivos de força maior devidamente justificados.

7. A análise dos preços dos produtos é da competência da Direcção do Comércio Externo, apoiado por uma comissão de elementos pertencentes a estruturas estatais e privadas que dará preferência aos importadores que apresentem melhores preços e melhores vantagens de pagamento.

8. Serão retirados os direitos de importação a toda a empresa que de má fé pratique a irregularidade de preços ou outro tipo de acção do que possam advir prejuízos para Economia Nacional.

9. Às unidades industriais e agrícolas e outras serão concedidos «plafonds» autónomos para importação de matérias-primas, materiais de consumo, equipamentos e peças sobressalentes de acordo com o mencionado nos números 3 a 7 da presente Lei.

10. A fim de facilitar os contactos e informações comerciais, serão criados oportunamente junto às Embaixadas acreditadas da R.D.S.T.P. lugares de adido comercial.

11. Será permitida a instalação no País de representações comerciais cujo estatuto será analisado posteriormente.

12. Está cancelada a concessão de novas licenças de importação, a fim de obter melhores vantagens na comercialização.

Será permitida, para casos a estudar, a especialização de algumas empresas na importação de produtos específicos.

13. Deverão ser criadas as condições para a criação de uma Câmara de Comércio e Indústrias, como fundo legal de organismo estatal, que responda minimamente às necessidades da informação e organização das entidades e empresas comerciais e industriais.

14. Deverão ser incentivados os contactos comerciais a nível regional, de modo a permitir um conhecimento mútuo das potencialidades dos Países vizinhos bem como a utilização dos meios de transportes nacionais com a consequente redução dos custos dos produtos.

Uma atenção especial deverá ser dada à análise da adesão da R.D.S.T.P. à UDEAC, pondo em evidência as vantagens e inconvenientes de tal acção.

1.2. COMÉRCIO INTERNO

1. A Empresa do Comércio Interno só poderá comportar-se como grossista, vendendo as mercadorias importadas pela Empresa do Comércio Externo, bem como outros de fabrico nacional, estes até serem criadas novas estruturas de distribuição.

2. Os critérios de distribuição desses produtos terão em conta:

- a) As despesas fixas de cada empresa comercial retalhista.
- b) A capacidade de pagamento imediato das mesmas.

c) As potencialidades de distribuição de produtos aos locais afastados dos centros populacionais.

3. Os comerciantes importadores poderão comportar-se só como grossista ou como grossista e retalhista. No segundo caso poderão reservar parte dos produtos importados para distribuição aos comerciantes não importadores numa proporção de pelo menos 50%.

4. A Loja Franca e a loja dos coöperantes manterão as suas estruturas e fins para os quais foram criadas, devendo contudo modificar o sistema gestor de modo a tornar as suas operações eficientes e rentáveis.

Sempre que se verifiquem excedentes de produtos perecíveis nestes organismos, os mesmos deverão ser imediatamente distribuídos pelo comércio retalhista a fim de facilmente serem acessíveis a população.

5. Torna-se necessário analisar a rentabilidade e eficiência da Em diprol, tendo como função principal a venda por grosso de produtos agrícolas de consumo nacional.

6. Com o objectivo de melhorar a distribuição e comercialização de produtos pecuários à população, torna-se necessário restabelecer a actividade dos talhos privados, garantindo-lhes desta maneira um abastecimento regular dos mesmos produtos.

Para o efeito, far-se-á a distribuição dos produtos pecuários Nacionais (Emave, Encar, etc...) e importados na proporção de 50% para os privados e 50% para as empresas estatais.

7. As cantinas deverão ser reintegradas nas empresas agro-pecuárias, sendo o seu abastecimento feito pela Ecomin e pelos importadores privados.

8. Está cancelada a concessão de novas licenças para prática de comércio ou de vendas de bebidas (bares). Estes últimos deverão ser objecto de uma fiscalização rigorosa a fim de determinar as condições de salubridade e higiene existentes.

9. Serão afrendados a indivíduos honestos e capazes de entre outras as seguintes instalações:

- a) Clube Náutico
- b) Bataclan.

As condições de arrendamento deverão prever a manutenção dos trabalhadores existentes, dos locais em perfeito estado de conservação e de higiene, eficiente serviço a população, bem como ideias renovadoras para que os mesmos sejam um foco de atracção turística.

10. Embora a Pousada Boavista se mantenha sob gestão da Emotel, deverá contudo a mesma ser rentabilizada e munida de uma gestão eficiente a fim de servir com dignidade os eventuais clientes e estrangeiros.

11. É garantido a todo o depositante do BNSTP, seja o mesmo comerciante, pescador artesanal, palaié ou outro, que as contas bancárias que os mesmos possuam no referido Banco são invioláveis, constituem segredo bancário e só serão utilizadas sob sua ordem directa.

1. 3. EXPORTAÇÃO PRODUTOS AGRÍCOLAS

As exportações de produtos agrícolas deverão ser comercializadas pela Empresa do Comércio Externo, a

qual deverá realizar acções de modo a encontrar para cada produto o melhor preço nas melhores condições de pagamento.

Algumas excepções poderão ser analisadas e aceites desde que empresas estatais ou privadas apresentem melhores condições de venda que as da Ecomex.

OUTROS PRODUTOS

A exportação de outros produtos (bens industriais, materiais de construção, pescados e outros) poderão ser efectuadas através da Empresa do Comércio Externo, seja pelos Organismos ou empresas produtoras, visando sempre a colocação rápida no exterior dos nossos produtos, nas melhores condições comerciais para o País.

2. SECTOR DE AGRICULTURA ALIMENTAR E PECUÁRIA

1. Resolver o problema do estatuto de ocupação e de utilização de numerosas terras que dependem em princípio de empresas agrícolas, mas que estão abandonadas ou ocupadas de maneira mais ou menos irregular.

Estas terras deverão ser ou atribuídas a título temporário gratuitamente ou arrendadas a famílias de vocação camponesa e as quais se instalarão no local.

Todo aquele que demonstre na prática que após instalação explorou racionalmente e de maneira rentável a terra que lhe fora distribuída gozará de usufruto vitalício em relação a mesma.

Deverá ser estudado um protocolo de cooperação entre estes agricultores independentes e as empresas agrícolas no sentido destas os apoiarem no que respeita o sistema de transporte para escoamento dos produtos para os mercados.

2. Garantir o abastecimento regular no mercado de produtos necessários aos pequenos agricultores tais como adubos, fertilizantes, sementes, ferramentas e outros equipamentos.

3. Manter a intervenção do Estado para a organização e a regularização dos mercados, de maneira a evitar os excedentes e a deterioração de bens alimentares.

4. Criar um serviço de vulgarização agrícola especializada no sector das culturas alimentares e criar as condições e uma verdadeira colaboração entre esses serviços e os agricultores.

Utilizar as instalações e experiência do projecto de Mesquita para tal fim.

5. Promover entre outras medidas o desenvolvimento sanitário social e cultural das zonas rurais, de maneira a tornar a vida no campo mais agradável e travar o êxodo rural, principalmente dos jovens.

6. De uma maneira geral melhorar o nível de vida e de instrução dos pequenos agricultores.

7. Em relação às lavras dos trabalhadores das empresas agrícolas, deve-se definir as cláusulas do contrato de trabalho que liguem os trabalhadores agrícolas às empresas.

Para o efeito deverão ser escolhidas várias modalidades abaixo descritas:

a) — Fixar o número de horas ou normas que o mesmo deverá atribuir ao trabalho da Empresa Agrícola.

b) — Interditar o trabalho nas lavras durante o horário estipulado para as Empresas Agrícolas.

c) — Proporcionar aos referidos trabalhadores a liberdade de escolha dos produtos a cultivar assim como a de venda dos mesmos nos mercados.

d) — Todo o trabalhador que abandone a empresa agrícola onde se encontre a prestar serviço, perde automaticamente direito a explorar as lavras que vinha laborando sem quaisquer formalidades ou indenização.

8. Definir de maneira precisa uma política de crédito aos pequenos agricultores em função dos objectivos globais traçados para os mesmos.

Facilitar a colaboração entre as instituições financeiras, o Ministério de Agricultura e os pequenos agricultores de forma a impedir que iniciativas interessantes sejam bloqueadas pela excessiva burocracia existente a nível dos organismos oficiais.

9. Encorajar o consumo de produtos locais nomeadamente através do estabelecimento de uma rede de informação que divulgue em crioulo, Angolar. (Linguié) novos hábitos alimentares adaptadas às condições geográficas, climáticas ou mesmo culturais do País.

Tentar ultrapassar algumas tradições que menosprezam o consumo de determinados produtos locais.

10. Encetar acções junto aos proprietários das «glebas» a fim de proceder a um melhor sistema de exploração económica das mesmas, com apoio de estudos técnicos, agrónomicos, económicos, sociológicos e outros, de maneira a por em relevo o valor de tais propriedades e de realçar os benefícios que podem advir para os seus proprietários.

11. Os pequenos agricultores que queiram livre e voluntariamente constituir-se em associação, poderão fazê-lo, devendo a mesma ser autónoma e ter por fim a protecção dos interesses comuns dos mesmos, à aquisição e distribuição de produtos necessários à laboração do campo e ainda de produtos alimentares e bens de consumo para seu uso e dos familiares.

Poderão ainda agrupar pequenas propriedades anti-económicas, com base de estudos técnicos e acompanhados de campanhas de esclarecimentos.

12. Apoiar as Empresas Agro-Pecuárias para aumentar a produção de banana, bem como aos campos e projectos existentes do M. A. P. para aumentar a produção de milho e exigir por parte do mesmo uma política mais programática em relação aos pequenos produtores agrícolas.

13. Em relação à pecuária o objectivo será criar condições para que todas as famílias santomenses possam voltar a criar porcos, cabras e outros animais, de maneira a contribuir à auto-suficiência alimentar da nossa população.

Tendo em conta que esta participação desses grupos familiares iriam reduzir as despesas do Estado, diminuir as importações de produtos alimentares para o gado, através da utilização de produtos locais, é absolutamente indispensável que o projecto do gado seja distribuído numa primeira fase em 50% para os privados e 50% restantes para as Empresas Agrícolas.

Para tal os grupos privados interessados deverão dar provas de reunirem condições de instalação para os animais de modo a evitar a propagação de doenças e a proporcionar aos mesmos facilidades de assistência veterinária.

3. Pesca Artesanal

1. Abastecimento através do Comércio retalhista de materiais para a pesca (fios de nylon, bóias, anzóis, redes, chumbos e outros).

2. Facilitar aos pescadores a possibilidade de motorizarem as suas canoas, através da compra no comércio local de motores fora de bordo e peças sobressalentes, como a garantia dos vendedores de assistência técnica eficiente.

3. Encontrar um meio regional e eficaz de transferir o pescado dos locais ou praias de chegada do mesmo para os mercados consumidores.

4. Assistir os pescadores no mar, sempre que as condições climáticas ponham em perigo a possibilidade de regresso a terra ou de orientação pelos meios tradicionais.

4. Ajuda Alimentar Internacional

A situação actual obriga a fazer apelo a todas as fontes de Ajuda Internacional para resolver o agudo problema alimentar, o qual tem um efeito directo na produtividade do trabalho em todos os sectores da Economia Nacional.

Não obstante, o modelo do consumo nacional deverá ser reforçado para não transtornar o País num Estado dependente de ajuda alimentar externa.

Algumas medidas impõe-se entre as quais:

1. Organizar e rentabilizar as estruturas existentes de distribuição de ajuda alimentar a fim de gerir eficientemente essas ajudas, dando prioridade aos sectores mais vulneráveis da população.

2. Dotar as instituições competentes de estruturas que permitem dinamizar a cooperação internacional no domínio das culturas alimentares.

3. Estabelecer acções bem fundamentadas junto aos Governos não contactados até a data a fim de conseguir ajudas alimentares com objectivos definidos.

4. Agir no sentido de negociação plurianual de ajuda alimentar.

5. Participação dos Emigrantes

Os cidadãos nacionais que labutando no estrangeiro, desejam colocar no seu País as poupanças realizadas, estão convidados pelo Governo e Partido a participar activamente nos empreendimentos do País.

Com efeito e a semelhança dos sistemas que têm sido utilizados em Países cuja emigração é significativa, poderão ser criados junto ao BNSTP contas de depósito em moeda estrangeira, em moeda nacional ou contas poupança crédito, as quais terão a garantia das autoridades de segredo bancário, inviolabilidade de propriedade.

As referidas contas, sempre alimentadas a partir de moeda convertível, serão como acima foi referido de três tipos.

1. Contas de depósito em moeda estrangeira — Abertas pelos emigrantes em moedas estrangeiras convertíveis, a prazo de 6 meses, 1 ano ou mais de 1 ano, com juros fixados periodicamente, tendo em conta a taxa de juro internacional e a flutuação das moedas.

2. Contas de depósito em moeda Nacional, alimentadas a partir de moeda estrangeira livremente convertível e transformada em Dobras à data de depósito, à ordem ou a prazo de 6 meses e 1 ano ou mais de 1 ano, beneficiando de juros actualizados periodicamente.

3. Contas de depósito de poupança crédito. Este tipo de conta tem como fim a participação dos nacionais residentes no estrangeiro, em investimento nacionais, estatais ou privados, nomeadamente construção, aquisição ou beneficência de prédios para habitação ou para rendimento, na promoção de pequenas e médias indústrias e em outros empreendimentos.

Todo o emigrante possuidor de tais tipos de contas beneficiará de isenção de taxas e imposto, sisas, bem como isenção parcial ou total na importação de bens nomeadamente viaturas, electrodomésticos, móveis e outros.

A fim de levar junto aos emigrantes o conhecimento de tais medidas, serão atribuídas funções nesse sentido aos adidos comerciais nas Embaixadas dos Países onde se encontra o maior número de Santomenses (República Popular de Angola, Gabão, Guiné Equatorial e Portugal).

Serão utilizados para o efeito maior publicitários, anúncios em jornais nacionais e estrangeiros e ainda localmente, todos os meios de comunicação social.

A fim de regular todas as acções de importação de bens de emigrantes será oportunamente criada legislação especial para o efeito.

6. OUTRAS MEDIDAS

1. A fim de permitir uma melhor eficiência e colaboração entre as fontes de financiamento, a planificação e a avaliação, recomenda-se a colaboração estreita entre os sectores do Plano e da Cooperação.

2. Colocar a frente de determinados pontos de direcção bem como nos lugares de adidos comerciais quadros competentes e honestos ou pessoas com experiência válida nesse domínio.

3. Reforçar a inspecção do controle de preços e aplicação de multas severas a fim de evitar a especulação dos pequenos comerciantes e vendedores ambulantes.

4. Dotar as estruturas de limpeza de meios operacionais (viaturas, utensílios, etc.) de maneira a proceder a uma limpeza diária dos mercados, principalmente da Cidade Capital e a recolha regular de lixo.

5. Dar possibilidade aos Nacionais residentes de colocarem as suas economias no Banco Nacional de S. Tomé e Príncipe através de depósitos a prazo de 6 meses e 1 ano ou mais anos, beneficiando de taxas de juro compensadoras e actualizadas periodicamente.

Secretariado Administrativo do Conselho de Ministros
em S. Tomé, aos 21 de Março de 1985. — O Secretário
do Conselho de Ministros, *Manuel Vaz Afonso Fernandes*.

Proclamado em 15 de Abril de 1985.

Publique-se.

P. Presidente da República, *MANUEL PINTO DA COSTA*.